

TERRITÓRIOS PRODUTIVOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SERGIPE

Cléane Oliveira dos Santos¹; Rosemeri Melo e Souza²

1-Profª do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe e Doutoranda em Geografia/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal de Sergipe. cle.ufs@hotmail.com

2-Profª Associada e Pós-Drª em Geografia/ Departamento Engenharia Ambiental e Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal de Sergipe. rome@ufs.br

Artigo recebido em 08/03/2013 e aceito em 20/08/2014

RESUMO

O consumo de produtos saudáveis e de boa qualidade tem levado a uma crescente expansão do consumo de alimentos produzidos sem o emprego de agrotóxicos. No estado de Sergipe, verifica-se a ampliação da agricultura orgânica com presença marcante de agricultores familiares atuando enquanto protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento. Assim, o objetivo desse artigo é apresentar a configuração espacial da agricultura orgânica em Sergipe a partir da caracterização das escalas de produção e da participação social de pequenos agricultores no processo de transição rumo à agricultura orgânica em Sergipe. A produção orgânica está concentrada no território do Agreste Central Sergipano e é desenvolvida por pequenos agricultores inseridos em processos de organização e controle social vinculados ao Ministério da Agricultura. Nas propriedades verifica-se uma variedade da produção orgânica, destacam-se as policulturas, e combinações de lavoura e pecuária. Tais produtos são comercializados em feiras agroecológicas semanais e, também, abastecem a alimentação escolar de alguns municípios sergipanos. Logo, observa-se uma reorientação dos sistemas produtivos de Sergipe, em vista do processo de transição agroecológica dos estabelecimentos agrícolas, assim como uma ascensão de demandas urbanas pelos orgânicos, fato que vem possibilitando a constituição de uma nova face do cultivo agrícola nos territórios produtivos de Sergipe.

Palavras-Chave: Agricultura orgânica, Agricultores familiares, Transição agroecológica.

PRODUCTIVE TERRITORIES OF ORGANIC AGRICULTURE IN SERGIPE

ABSTRACT

The consumption of healthy and good quality products has led to a significant expansion in the consumption of food produced without the use of pesticides. In the state of Sergipe, there is the expansion of organic agriculture with a strong presence of family farmers acting as protagonists of their own development process. The objective of this paper is to present the spatial configuration of organic agriculture in Sergipe from the characterization of production scales and social participation of small farmers in the process of transition to organic agriculture in Sergipe. Organic production is concentrated in the territory of Agreste Center of Sergipe state and is developed by small farmers embedded in processes of organization and social control linked to the Ministry of Agriculture. In the properties there is a variety of organic production, there are the polycultures, and combinations of crops and livestock. These products are sold weekly at agroecological fairs and also supply school meals in some municipalities of Sergipe. Therefore, there is a reorientation of the productive systems of Sergipe, in view of the process of agroecological transition of farms, as well as a rise in urban demands for organic products, a fact that has enabled the creation of a new face of crop production in the territories of Sergipe.

Keywords: Organic agriculture, family farmers, agroecological transition.

INTRODUÇÃO

A busca por uma vida mais saudável pressupõe, entre outras condições, o consumo de produtos de boa qualidade. Essa constatação tem levado a uma crescente expansão do consumo de alimentos produzidos sem o emprego de agrotóxicos.

Por não se tratar de um modelo convencional de produzir, a agricultura orgânica, como alternativa ao equilíbrio ambiental, social e econômico, se caracteriza pela conservação dos sistemas agrícolas, respeitando os seus ciclos naturais e o equilíbrio biológico.

O rápido crescimento deste segmento está suscitando, por consequência, inúmeros estudos e pesquisas tanto de natureza tecnológica e ambiental quanto de caráter socioeconômico. Por isso, justifica-se a pesquisa e o estímulo à agricultura orgânica em Sergipe, desenvolvida por agricultores familiares organizados em associações a partir da prática de uma agricultura que é ambientalmente consciente, e, sobretudo, que valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores.

A produção orgânica em Sergipe está concentrada no território do Agreste Central do Estado e é desenvolvida por pequenos agricultores inseridos em processos de organização e controle social vinculados ao Ministério da Agricultura. Nas propriedades verifica-se uma variedade da produção orgânica, destacam-se as policulturas, e combinações de lavoura e pecuária. Tais produtos são comercializados em feiras agroecológicas semanais, e também abastecem a alimentação escolar de alguns municípios sergipanos.

A referida produção agrícola vem possibilitar uma desconstrução do espaço geográfico quando da inserção, na paisagem, de um novo sistema agrícola em detrimento do sistema convencional de produção, evidenciando, na área de estudo, a configuração de novas territorialidades.

Assim, o objetivo desse artigo é apresentar a configuração espacial da agricultura orgânica em Sergipe a partir da caracterização das escalas de produção e da participação social de pequenos agricultores no processo de transição rumo à agricultura orgânica em Sergipe.

MATERIAL E MÉTODOS

O percurso metodológico da pesquisa caracterizou-se por uma revisão de literatura acerca da Agroecologia, agricultura orgânica e transição agroecológica.

Além disso, foi realizada uma interpretação das informações sobre a produção, produtores, produtos e mercado envolvidos no sistema orgânico de produção de Sergipe, utilizando-se, para isso, entrevistas informais realizadas na Feira dos produtos orgânicos do

município de Itabaiana e em propriedades agrícolas do Agreste Central Sergipano.

Breve enfoque conceitual sobre agroecologia e agricultura orgânica

A prática da agricultura surgiu quando a sociedade reuniu uma série de condições historicamente suficientes para retirar proveitos de um meio natural, a partir do desenvolvimento de técnicas e instrumentos com o objetivo de dominar a Natureza. Assim, houve, desde os tempos mais antigos, a preocupação em abrandar a dependência em relação à natureza, principalmente no que diz respeito à fertilidade dos solos e às condições climáticas, para aumentar a produção.

A utilização de agrotóxicos na agricultura foi iniciada na década de 1920, mas somente depois da Segunda Guerra Mundial tais produtos passaram a desempenhar papel importante na agricultura, com o advento da Revolução Verde. Inicia-se o processo de incorporação tecnológica e expansão da quimificação do campo, através das multinacionais por todo o mundo, via intensa campanha, propagando a necessidade do seu uso para garantir lucros e produtividade agrícolas, sem levar em conta as particularidades e a dinâmica ecológica dos sistemas agrícolas.

Diante de tal perspectiva Mazzolen e Nogueira (2006) afirmam que com advento das inovações tecnológicas e aprimoramento das relações agrárias o mundo científico e empresarial ao invés de desenvolver conhecimentos e inovações para produção agrícola sem agressões ecológicas, caminhou para o outro lado.

O resultado desses esforços culminou com a Revolução Verde. Agrotóxicos cada vez mais poderosos foram e estão sendo desenvolvidos, muitos deles matando não apenas as pragas, mas outros organismos. Assim, o desequilíbrio ambiental vem acontecendo num ciclo vicioso: quanto mais se usa agrotóxicos, maiores são os desequilíbrios provocados no meio ambiente e maior é a necessidade de uso de recorrentes, em doses mais intensas e com formulações cada vez mais tóxicas.

O Brasil passou a adotar o controle químico na agricultura a partir de 1943, mas os agrotóxicos eram muito pouco difundidos e seu consumo era pequeno até a década de 1960 quando houve um estímulo por parte do governo ao consumo e uso de agrotóxicos a partir da criação de leis, decretos, portarias, estímulos fiscais, sempre com o discurso oficial de melhorar a qualidade de vida tanto do agricultor quanto de toda nação brasileira, em função dos incentivos a produção agrícola e a política de exportação.

Pedro José Valarini et al (Diagnóstico da agricultura orgânica no Brasil) afirma que a agricultura orgânica veio se expandindo na década de 80, quando surgiram as associações de

produtores, somado aos movimentos ligados à agricultura familiar e, em parte, ao movimento ambientalista e, especialmente, no final da década de 90, a ponto de se tornar significativa também a nível de mercado.

Vale ressaltar que,

A publicação nos Estados Unidos, no início da década de 60, do livro *Primavera Silenciosa* da bióloga Rachel Carson, foi um marco inicial desses movimentos. Nesta obra, CARSON (1964) denuncia a ação de pesticidas sintéticos como o DDT, os quais chamou de “elixires da morte”. O livro *Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiente* (PASCHOAL, 1979) foi um dos primeiros trabalhos no Brasil a chamara atenção para as consequências ambientais e sobre os problemas de intoxicação humana decorrentes do uso de agrotóxicos (PAULUS, 1999, p.101).

De acordo com Altieri (2012), a Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. De tal modo, os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e formam os pilares de uma estratégia energética e produtiva intimamente vinculada à noção de soberania alimentar.

Para respeitar os princípios da Agroecologia, a produção agrícola deve atender condições sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores, além de apresentar resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Num sentido mais amplo, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames do equilíbrio econômico, ecológico, social cultural, político e ético.

Nos anos 80, se convencionou chamar a estas práticas agrícolas ambientalmente mais corretas de agricultura alternativa. Existem muitos tipos de agriculturas alternativas, com diferentes denominações, que se orientam por determinadas linhas filosóficas, distintos enfoques metodológicos, assim como diferentes práticas, tecnologias, uso de preparados ou, simplesmente, proibições e restrições de uso de certos insumos. Dependendo do arranjo que seja adotado no processo produtivo, elas assumem diferentes denominações: Natural, Ecológica, Biodinâmica, Biológica ou Orgânica, entre outras.

A Agricultura Alternativa deve ser pensada como uma resposta àqueles que discordam da possibilidade de se fazer uma produção mais equilibrada. Esse tipo de agricultura está baseado em conceitos ecológicos, onde é possível a reciclagem de nutrientes e de matéria orgânica, fluxos de sistemas fechados, equilíbrio de pestes e pragas, além do emprego múltiplo

da terra (SILVA, 2004).

A agricultura orgânica, como uma forma de produção alternativa, é conceituada e construída como um sistema de produção baseado nos princípios da Agroecologia. A produção orgânica, também, é entendida como uma estratégia para alcançar o equilíbrio socioambiental e econômico, pois promove a conservação da biodiversidade e dos ciclos biológicos, visando à otimização social, ambiental e econômica da unidade de produção no tempo e no espaço.

Mazzoleni e Nogueira (2006) afirmam que o desafio da atualidade é garantir a segurança alimentar, com alimentos saudáveis, e o fornecimento dos insumos necessários para a economia, de forma socialmente justa e sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras. Esse comprometimento promoveu o amplo desenvolvimento da agricultura orgânica, acontecendo de forma muito intensa em outras partes do mundo.

Nas palavras de Amador (2011, p. 30) “cabe esclarecer que a agricultura orgânica é a denominação utilizada no Brasil e nos países de língua inglesa para os sistemas de produção agropecuária de forma natural, sem agrotóxicos ou qualquer outro recurso que contribua para a produção e/ou contenção de pragas e doenças”.

O Instituto Biodinâmico (IBD, 1997) destaca que uma unidade de produção orgânica deve ter como meta não a mera realização de objetivos econômicos, mas responder às necessidades da sociedade em pelo menos outros três aspectos: 1) oferta de produtos de qualidade; 2) o cuidado com os recursos naturais; e 3) que o próprio trabalho represente oportunidade de desenvolvimento humano a todos os envolvidos.

A agricultura orgânica, entendida como uma produção alternativa baseia-se na conservação dos recursos naturais e não utiliza fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, antibióticos e hormônios (Almeida et al, 2000). E de acordo com Brandenburg (2010) o que se constata é que os agricultores, na constituição de seu projeto de vida, integram a reorganização dos processos produtivos baseados em princípios ecológicos com princípios de autonomia, saúde, trabalho em família e cultivo de relações em grupo, reforçando relações profissionais articuladas em rede.

Em Sergipe o rápido crescimento deste segmento está suscitando, por consequência, inúmeros estudos e pesquisas tanto de natureza tecnológica e ambiental quanto de caráter socioeconômico. Assim, o cultivo de orgânicos no estado está vinculado ao conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação.

Transição agroecológica em pequenas propriedades agrícolas

Pode-se afirmar que o Brasil foi formado socialmente sob a estrutura da grande propriedade, embora a pequena propriedade gradualmente tenha conquistado seu espaço, sendo o agricultor familiar socialmente reconhecido como categoria. Assim, a estrutura social do país foi definida pela grande propriedade, de um lado, e pela pequena propriedade familiar, de outro, configurando a base de uma organização social distinta no meio rural (BRANDEMBURG, 2010).

De acordo com Diniz e Diniz (1976) o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é, de maneira geral, concentradora, e Sergipe não foge à regra, tal fenômeno vem ocorrendo pelo menos desde a primeira metade do século XX, tendo o seu apogeu nas décadas de vinte e de trinta.

Embora o rural tenha se transformado com a modernização da sociedade, não se pode falar de um rural no Brasil totalmente modernizado, a exemplo dos países modernos. A modernização não atingiu todos os espaços do ambiente rural, permanecendo situações de um rural tradicional. Desse modo, “coexistem na contemporaneidade diferentes rurais, num vasto território caracterizado por espaços heterogêneos, sob o ponto de vista geográfico e de suas relações sociais predominantes” (BRANDEMBURG, 2010, p.427).

Ainda segundo Diniz (1996) a produção familiar em Sergipe se consolida a partir de meados do século XX com nítida ordenação espacial. Desse modo, a modernização agrícola de Sergipe, a exemplo do que ocorreu a nível nacional, foi parcial, fato que conduziu a especialização de algumas áreas em determinados produtos.

A considerar a não acessibilidade da modernização da agricultura de grande parcela dos agricultores, tem-se que a continuidade ou retomada da produção agrícola de menor escala e sem uso de insumos ou defensivos químicos tornou-se uma falta de opção ou mesmo uma nova oportunidade de inserção no mercado. Aos poucos, os agricultores familiares, por opção ou por ser a única forma de continuar a produzir, passaram a apropriar-se do discurso dos alimentos orgânicos, o qual começava a se constituir um nicho de mercado cada vez mais promissor.

A transição agroecológica, referência-chave das motivações e objetivos de muitos técnicos, estudiosos e militantes, pode ser definida como um processo gradual e contínuo de mudança nas formas de manejo dos sistemas agrícolas. A transição de forma mais geral, representa a passagem dos atuais padrões de desenvolvimento rural ou de sistemas de produção

de baixa sustentabilidade para padrões de agricultura e de manejo rural que privilegiem e incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica.

Isso implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada sistema agrícola, mas também uma alteração nas atitudes e valores dos atores sociais em relação às práticas de manejo e de conservação dos recursos. A Agroecologia, como campo de estudos de caráter multidisciplinar, integra e articulam conhecimentos de diferentes ciências, assim como saberes populares, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade a médio e longo prazos (COSTABEBER, 2006).

De acordo com a literatura a transição agroecológica não pode ser compreendida por uma só dimensão, ainda que a dimensão econômica costuma representar uma categoria fundamental nas análises teóricas e empíricas que tratam esta questão. Estudos que associam a dimensão meio-ambiental e a social, estabelece, assim, um quadro teórico para a compreensão das razões e atitudes de alguns segmentos da agricultura familiar que se envolvem em processos de mudança tecnológica e nas formas associativas dirigidas a construção e experimentação de estilos de agricultura com base ecológica.

Processos de transição agroecológica norteados exclusivamente por motivações materiais tendem a ser mais vulneráveis às mudanças de conjuntura, podendo ser interrompidos com o surgimento de novas oportunidades de realização econômica baseadas em métodos convencionais.

Segundo Moreira (2003) o engajamento dos agricultores aos processos de transição se dá de forma particular em cada caso, pressupondo certo estado de incertezas quanto ao seu futuro. A opção pela ecologização do sistema agrícola, participando de um processo coletivo de ação social, diminui o risco dos processos individuais de transição, e além dos benefícios da ecologização, os agricultores contam com o benefício da coletividade.

Assim, dada a intenção de realizar a transição do manejo convencional para o agroecológico, “este processo tem que ser realizado de acordo com cada localidade, em consideração ao processo histórico sociocultural, sua organização social e territorial, o que depende das relações homem/natureza, seus valores e simbologias” (CAMARGO, 2007, p. 174-175).

Desse ponto de vista, a ação social coletiva entre agricultores familiares e as estratégias associativas não são somente os resultados do processo de ecologização, a ação social coletiva torna-se concomitantemente o resultado e a causa do processo de transição rumo à agricultura de base ecológica.

Na América Latina, Cuba pode ser citado como um exemplo de sucesso da transição agroecológica que teve como foco o desenvolvimento e emprego de tecnologias baseadas no conhecimento, nas habilidades humanas e nos recursos locais, em vez daquelas dependentes de insumos importados.

A experiência cubana evidencia que a falta de agroquímicos e de combustíveis fósseis não levam necessariamente a um emprego massivo de métodos de produção agroecológicos. Os sucessos obtidos em Cuba, no que se refere à segurança e à soberania alimentar e à produtividade agrícola em geral, mostram o que pode ser feito quando há vontade política.

O exemplo cubano demonstra que a remoção ou a ausência de agroquímicos (ou do setor privado do agronegócio) não implica necessariamente no desenvolvimento de um modelo de produção ecológico. Tal processo de conversão exige uma decisão consciente. A produção ecológica mostrou-se tecnicamente possível e economicamente viável como componente fundamental de uma estratégia voltada para a promoção da segurança alimentar da nação (WRIGHT, 2006, p. 10).

A experiência que vem sendo desenvolvida em nosso país, com forte representatividade na região sul, evidencia que a transição agroecológica é um processo complexo, não podendo se limitar a medidas de substituição de insumos visando simplesmente “descontaminar” os produtos para acessar mercados de nicho.

Em Sergipe é preciso reconhecer, a coexistência de formas distintas de produção, convivendo com o padrão hegemônico de agricultura. De tal modo, no estado o “pacote tecnológico” foi incorporado em diferentes níveis de intensidade pelos agricultores, da mesma forma verifica-se diferentes graus de transição agroecológica das propriedades que se dispuseram a adotar uma transformação da base produtiva no campo.

Assim, existem propriedades sergipanas que já alcançaram o ápice da transição agroecológica, uma vez que são estabelecimentos que desde a década de 1980 vem modificando o processo agrícola. Mas, também existem propriedades em que a transição está em sua fase inicial, onde se verificam práticas de manejo específicas dos sistemas agroecológicos.

Configuração espacial da agricultura orgânica em Sergipe

Em Sergipe a produção e demanda por produtos orgânicos tem crescido acompanhando a tendência nacional, apesar de ser pouco difundida em relação à agricultura convencional, já é possível reconhecer os seus benefícios em algumas unidades de produção espalhadas pelo Estado, especialmente em áreas de pequena produção agrícola ou familiar, visto que, este novo modo de produção representa um meio de garantir uma cultura agrícola mais limpa, sem o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizante químicos.

Noventa pequenos agricultores de Sergipe receberam uma declaração de cadastro do Ministério da Agricultura para comprovar aos consumidores sua condição de produtor orgânico. As referidas propriedades e suas respectivas Declarações de Cadastro ao Ministério da Agricultura encontram-se distribuídas de acordo com os dados da tabela 01.

Tabela 01: Distribuição das propriedades agrícolas cadastradas entre os territórios sergipanos

TERRITÓRIOS	Nº DE PRODUTORES CADASTRADOS
Agreste Central Sergipano	24
Alto Sertão Sergipano	20
Centro Sul Sergipano	16
Leste Sergipano	16
Sul Sergipano	14

Fonte: Superintendência Federal da Agricultura, 2011.

Esta declaração lhes dá autorização para comercializar a produção orgânica diretamente ao consumidor final, seja pessoa física ou jurídica. Não é possível comercializá-la para supermercados, restaurantes ou para qualquer pessoa física ou jurídica que vá revendê-la, uma vez que somente é aceitável vendê-la ao consumidor final, sem atravessadores.

O acompanhamento e cadastro das Organizações de Controle Social (OCS) são realizados pelos órgãos fiscalizadores. No caso de Sergipe é a Superintendência Federal da Agricultura (SFA) do estado o órgão fiscalizador, que mantém atualizado o Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos e o Cadastro Nacional de Atividades Produtivas, além de ser responsável por investigar possíveis denúncias de irregularidades.

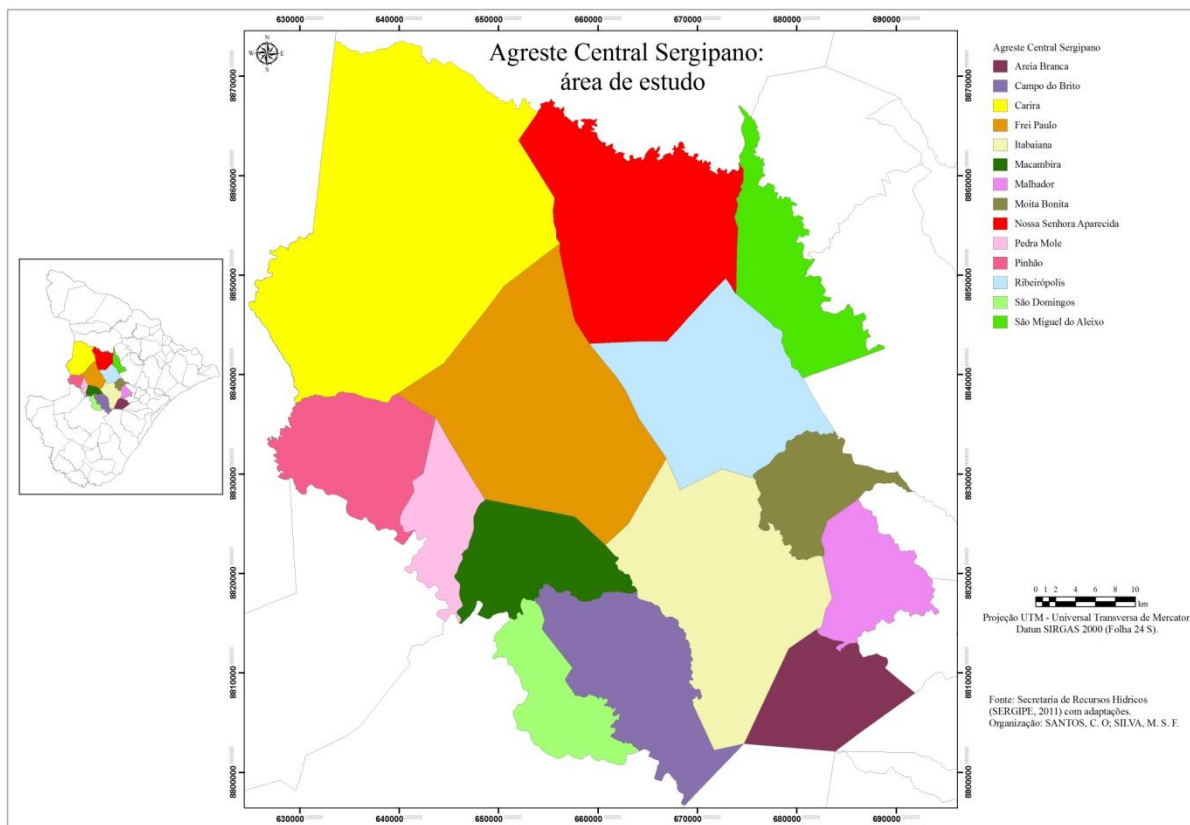
Existe uma concentração das organizações de controle social no território do Agreste Central Sergipano (Figura 01), fato que justifica a escolha de tal território para área de estudo desta pesquisa.

Verificou-se que em áreas onde predominava o cultivo agrícola vinculado ao sistema convencional de produção vêm aos poucos se moldando às exigências requeridas por um tipo de produção ambientalmente mais saudável e limpa. Este novo cenário agrícola vem fortalecendo-se em vista da adoção de uma proposta de integração territorial, consolidada através da implantação das Feiras Livre e Agroecológicas em Sergipe.

A proposta foi elaborada para enfrentar e superar a fome, o subemprego, o pouco aproveitamento da capacidade produtiva dos agricultores familiares, melhorar a distribuição de renda e ainda atender a demanda por produtos mais saudáveis e a busca por um equilibrado

desenvolvimento rural.

Figura 01: Área de estudo, Agreste Central Sergipano



De acordo com a Superintendência Federal da Agricultura em todo o território sergipano cultiva-se uma enorme diversidade de produtos orgânicos como: hortaliças, ervas aromáticas e medicinais (abóbora, abobrinha, acelga, agrião, alface, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, coentro, couve, espinafre, hortelã, manjeriço, melancia, mostarda, pepino, pimentão, quiabo, repolho, salsa, tomate, tomate cereja, vagem), culturas anuais (milho, feijão, mandioca, batata-doce, batata-inglesa, amendoim, inhame), além de frutíferas, produtos de origem animal e flores.

Em Sergipe a área média das propriedades onde são cultivados esses produtos fica em torno de 3 hectares, podendo ser enquadrada como agricultura familiar, pois atende as condições, citadas por Fickert (2004): a direção do trabalho é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e possui uma área inferior até 15 vezes o tamanho do módulo regional.

Uma particularidade dos sistemas agrícolas de pequena escala é o alto nível de agrobiodiversidade, expresso na forma de misturas de variedades, policulturas, combinações de lavoura e pecuária, prática bastante comum nos estabelecimentos sergipanos, as sobras dos alimentos não comercializados servem de alimento para os animais que por sua vez oferecem o esterco como adubo a ser utilizados nas plantações.

Tratando do elevado índice de agrobiodiversidade das pequenas propriedades agrícolas, Altieri (2012) defende que há pelo menos cinco razões pelas quais se deve apoiar a manutenção e a revitalização de pequenas propriedades rurais. São as seguintes: Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial; pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as monoculturas; as pequenas propriedades tradicionais e diversificadas representam modelos de sustentabilidade; as pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de transgênicos; e as pequenas propriedades rurais resfriam o clima.

De acordo com os produtores dos orgânicos de Sergipe a venda direta nas feiras é elemento decisivo para a diversificação de suas fontes de renda. Conhecidas como feira da agricultura familiar, que ocorrem em alguns municípios, em especial naqueles que apresentam uma considerável busca por alimentos mais saudáveis.

Grupos de agricultores também destinam a produção orgânica para a alimentação escolar dos municípios sergipanos, através do Programa Alimentação Escolar, estabelecido pelo governo federal e seguido pelo governo estadual e algumas prefeituras municipais, como um instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Segundo os mesmos agricultores a escolha por produzir orgânicos pode estar influenciada pela disponibilidade de recursos essenciais como a mão-de-obra; perspectiva de rendimento e expansão do mercado. Além da preocupação com a saúde e segurança alimentar da família, uma vez que no Estado é comum a intoxicação por agrotóxicos. É importante também citar a influência de órgãos públicos, como a Emdagro (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Percebe-se que os fatores, que influenciam na escolha do sistema orgânico, são de ordem ambiental, econômica e sociocultural. Porém, os agricultores apontam que o fator econômico é o que mais pesa no momento de decidir continuar ou desistir de cultivar os orgânicos. Os mesmos justificam que por mais que seja importante a preocupação com as questões agroecológicas, importa garantir a subsistência e o lucro para que o empreendimento prospere.

Sem o retorno financeiro os produtores desistem e partem para o cultivo convencional ou alguma outra atividade, como de fato já aconteceu com membros da OCS do Agreste Sergipano. Como motivos da desistência estão: medo de perder dinheiro; pouco lucro em curto prazo; comercialização restrita; falta de experiência produtiva, de união, de capital, de capacitação produtiva e de tempo para estudar.

Destarte, de acordo com os representantes das OCS do Agreste existe um grande desafio a ser superado, apesar das práticas preventivas, cerca de 30 a 50% da produção é perdida em função das pragas que atacam os produtos, fato que reduz a rentabilidade da produção. Por isso, os agricultores das OCS de Sergipe buscam participar de cursos de capacitação onde os mesmos possam aprender a produzir compostos e insumos para auxiliar no plantio e no combate as pragas, um exemplo é a aplicação prática da Homeopatia na agricultura.

A despeito das dificuldades enfrentadas pelos integrantes das OCS de Sergipe, os agricultores familiares, por questões ideológicas, estão otimistas e acreditam numa perspectiva de futuro melhor em função da união entre as famílias de agricultores, principalmente, daqueles possuidores de certo grau de conhecimento sobre a produção orgânica, conhecimento que pode ser passado os interessados em produzir orgânicos. Os mesmos acreditam que realizados os ajustes e investimentos necessários de forma coletiva, as feiras orgânicas tem tudo para garantir continuidade e expansão.

É relevante destacar que o crescimento da produção orgânica em Sergipe está vinculado, também, ao fato do Estado apresentar uma alta produtividade de gêneros agrícolas que nem sempre vem acompanhado pela alta lucratividade, além disso, o uso intenso de agrotóxicos tem causado malefícios ao meio ambiente, pois compromete a qualidade de vida do produtor e do consumidor.

De acordo com os agricultores como efeito da mudança no modelo de produção, constatou-se uma singela, porém significativa, incorporação da renda familiar com a comercialização dos produtos orgânicos, a melhoria da qualidade de vida dos produtores através do consumo de alimentos saudáveis, além da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

O fato é que em Sergipe o consumo de orgânicos ainda é privilégio de um percentual restrito da sociedade, em vista do custo elevado dos produtos e da falta de incentivos e investimentos em infra-estrutura que viabilize a produção e consumo numa maior escala. A produção orgânica está condicionada à pequena produção familiar, mas paradoxalmente beneficia uma camada um tanto mais privilegiada da sociedade (AMADOR, 2011).

Portanto, fica clara a importância da organização dos produtores em OCS para negociar coletivamente com a municipalidade os apoios necessários para desenvolver o mercado local de produtos orgânicos visando atender à população e planejar novas medidas de acesso ao mercado frente aos alimentos produzidos pelo sistema convencional de produção.

Assim, a parceria com escolas, universidades, institutos de pesquisa e organismos de assessoria técnica é importante para a construção das redes de conhecimento agroecológico e dos critérios de controle das qualidades orgânicas, favorecendo a implantação de políticas adequadas às realidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a produção orgânica em Sergipe vem destacando-se em função do acesso e integração ao mercado especial, com uma prática agrícola que se opõe ao uso de agrotóxicos. Tal fato ocasionou uma reorientação dos sistemas produtivos e configuração de algumas unidades de produção familiar que antes eram voltadas para subsistência e atualmente produzem para o mercado consumidor específico, aquele mais consciente dos danos causados pelo consumo de produtos convencionais e disposto a pagar um pouco mais pelo alimento mais saudável.

Esta reorientação do processo produtivo retrata a formação de um novo contexto do bem-estar e por tal razão observa-se, em Sergipe, a ascensão de demandas urbanas pelos orgânicos, que por sua vez, evidenciam uma procura cada vez mais acentuada desses produtos. Tal fato favorece o desenvolvimento de uma prática agrícola mais saudável, a partir do estabelecimento de relações de cooperação e participação de pequenos agricultores familiares tanto ao planejamento quanto nas ações a serem efetivadas no momento em que se almeja o equilíbrio ambiental, social e econômico do sistema agrícola sergipano.

Verifica-se que a disseminação da agricultura orgânica em Sergipe está ocorrendo a partir da construção de novos valores de convivência social e ambiental em associação com as mudanças nas práticas de manejo, transformações estas que vem possibilitando a constituição de uma nova face do cultivo agrícola nos territórios produtivos de Sergipe.

Por outro lado, a carência de políticas públicas específicas para esse setor ainda representa um entrave para a agricultura orgânica no estado, como por exemplo, a inacessibilidade de linhas de crédito específicas, a carência por assistência técnica especializada e a baixa demanda causada, segundo os produtores, pela falta de divulgação dos benefícios do

consumo dos produtos orgânicos. Logo, esses fatores podem desencadear uma série de implicações, sobretudo, a saída dos produtores dessa atividade agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D.L. ET AL; Agricultura Orgânica: Instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2000. 22p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 122).

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

AMADOR, M. B. M. Sistemismo e sustentabilidade: Questão interdisciplinar. São Paulo: Scortecci, 2011.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. In: Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul/dez, 2010.

CAMARGO, P. Fundamentos da transição agroecológica: Racionalidade ecológica e campesinato. Agrária. São Paulo, nº 7, pp. 156-181, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: Perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. (Org). Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2001, pp. 19-51.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: Rumo à sustentabilidade. Agriculturas: Experiência em Agroecologia. Rio de Janeiro, Vol3, nº 3, p. 4-5, 2006.

DINIZ, J. A. F. A condição camponesa de Sergipe. Aracaju: NPGeo/UFS, 169p.1996.

DINIZ, J. A. F.; DINIZ, D. F. L. Evolução da distribuição da terra em Sergipe (1920-1960): Uma análise quantitativa. VIII Simpósio Nacional de Professores de História. Anais ... São Paulo, 1976.

FICKERT, U. Incremento do mercado orgânico no Brasil. In: KÜSTER, A. & MARTÍ, J.F. (org.). Agricultura Familiar, Agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, p.23-50. 2004.

IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. Diretrizes para os padrões de qualidade biodinâmico, Deméter e orgânico "Instituto Biodinâmico. 7. ed. Botucatu: IBD, 49 p. 1997.

MAZZOLENI, E. M.; NOGEUIRA, J. M. Agricultura Orgânica: Características básicas de seu produtor. RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 02, p. 263-293, abr/jun 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf> > Acesso em 23/06/2011.

MOREIRA, R. M. Transição Agroecológica:

Conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

PAULUS, G. Do padrão moderno à agricultura alternativa: Possibilidades de transição. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Florianópolis/SC: UFSC, 1999.

SILVA, C. M. da. Agricultura alternativa e sustentabilidade: O caso do assentamento novas vidas em ocará, ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento em meio ambiente). Fortaleza: UFC, 2004.

VALARINE, P. J. ET AL. C. Diagnóstico da agricultura Orgânica no Brasil. In: VALERO, M. S. G (Org.). Recomendaciones y estrategias para desenrrolar la agricultura ecológica en Iberoamerica. CooperacionIberoamericana, s/d. Disponível em<http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/ciencias_agronomicas/glibrorecomedacionesaecyted.pdf#page=101> Acesso em: 23/06/2011.

WRIGHT, J. A transição agroecológica na agricultura Cubana. Agriculturas: Experiência em Agroecologia. Rio de Janeiro, Vol3, nº 3, p. 6-11, 2006.